

A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A EQUIDADE SOCIAL: O papel da escola e do professor

EDUCATION AS A PATH TO SOCIAL EQUITY: The role of the school and the teacher

José Luiz Germano Martins

<http://lattes.cnpq.br/2823306306693357>

Gabriela Aparecida Santos de Jesus

<http://lattes.cnpq.br/8019916473633055>

RESUMO

O estudo se baseia na compreensão da teoria crítica reprodutivista, exposta por Bourdieu e Passeron, que entre outras discussões, aborda ser a escola um dos principais agentes da reprodução das desigualdades sociais. Por meio do currículo, da avaliação e da seleção de alunos, o sistema educacional perpetua as disparidades existentes na sociedade, conferindo privilégios àqueles já favorecidos e marginalizando grupos menos favorecidos, servindo assim, como um convite à reflexão crítica sobre as práticas educativas vigentes, incentivando o diálogo sobre o cenário educacional. Percebe-se, por tal compreensão, que a escola vem deixando de cumprir seu papel de inclusão educacional, ao excluir os alunos oriundos de meios fragilizados, da escola e na escola. Para fundamentar esse estudo, uma pesquisa de campo foi realizada com a entrevista de dez professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EFI) que atuam em escolas públicas no Estado de São Paulo, no intuito de compreender como escolas e professores podem desempenhar um papel ativo na promoção da equidade educacional, possibilitando a perspectiva de uma real justiça social. Logo, a promoção da equidade educacional não se configura apenas como um imperativo moral, mas sim como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, próspera e coesa.

Palavras-chave: Teoria crítica. Escola transformadora. Exclusão escolar.

ABSTRACT

The study is based on the understanding of critical reproductive theory, exposed by Bourdieu and Passeron, which, among other discussions, addresses the school being one of the main agents in the reproduction of social inequalities. Through the curriculum, assessment and selection of students, the educational system perpetuates existing disparities in society, granting privileges to those already favored and marginalizing less favored groups, thus serving as an

invitation to critical reflection on current educational practices, encouraging dialogue about the educational scenario. It is clear, through this understanding, that the school is failing to fulfill its role of educational inclusion, by excluding students from fragile backgrounds, from school and at school. To support this study, field research was carried out by interviewing ten teachers from the Early Years of Elementary Education (EFI) who work in public schools in the State of São Paulo, with the aim of understanding how schools and teachers can play an active role in promoting educational equity, enabling the prospect of real social justice. Therefore, the promotion of educational equity is not just a moral imperative, but rather a fundamental pillar for building a more just, prosperous and cohesive society.

Keywords: Critical theory. Transformative school. School exclusion.

INTRODUÇÃO

A equidade educacional é um princípio fundamental que busca assegurar que todos os alunos, independentemente de suas origens socioeconômicas, étnicas, culturais ou outras características individuais, tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade e alcancem resultados similares de aprendizagem. Nesse contexto, o papel da escola e do professor desempenha uma função crucial na promoção da equidade educacional e na transformação social dos alunos.

A abordagem discutida nessa pesquisa pode ajudar alunos que têm uma trajetória educacional direcionada a uma marginalidade escolar¹, podendo fornecer compreensões valiosas aos educadores sobre as ações concretas para tornar o sistema educacional mais justo e inclusivo. Além disso, o trabalho educacional realizado por professores e escolas vem sendo cada dia mais elaborado, considerando a contribuição e o impacto imprescindível que a educação tem em uma sociedade.

Algumas questões surgem quando se trata do tema, sendo o presente trabalho norteado pelas perguntas a seguir:

- O Capital Cultural e Econômico familiar, são determinantes para o sucesso ou o fracasso escolar do aluno?

¹ O sentido de “marginalidade escolar” aqui mencionado, é aquele descrito por SAVIANI e que se encontra presente na citação direta longa (p. 5).

- Como trabalhar com o aluno de forma a ajudá-lo a compreender que a educação é o caminho de acesso à transformação?
- A reprodução que se estabelece por meio da Violência Simbólica pode ser interrompida mediante as condições oferecidas pelas escolas e professores, possibilitando a existência de exceções à regra da Reprodução Social?

Portanto, discutir sobre o tema apresentado é relevante, pois o assunto parece ser invisível, estar à margem do real conhecimento de todos, uma vez que continua resultando em uma sociedade permeada por desigualdades sociais, culturais e econômicas.

São inúmeras as normas nacionais que estabelecem parâmetros e diretrizes para a obtenção de uma educação democrática e de qualidade. Vale ressaltar a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 206, como segue:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Os arts. 205 e 206 da Constituição da República estabelecem objetivos e princípios que integram o direito fundamental à educação, o qual deve visar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Constituição de 1988 adota, explicitamente, a concepção de educação como preparação para exercício de cidadania, respeito à diversidade e convívio em uma sociedade plural, com múltiplas expressões religiosas, políticas, culturais e étnicas. No plano internacional, os objetivos de uma educação democrática estão expressos no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC – promulgado pelo Decreto 591, de 6 de julho de 1992) e no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador – promulgado pelo Decreto 3.321, de 30 de dezembro de 1999) (BRASIL, 2017)

A escola é o espaço onde as bases da igualdade ou desigualdade podem ser estabelecidas. Ela não apenas oferece conhecimento acadêmico, mas também desempenha um papel significativo na formação do caráter, na construção de uma cultura de conhecimento e na promoção de habilidades sociais. Portanto, é decisivo que as instituições educacionais e professores adotem práticas e políticas que reconheçam e enfrentem as disparidades existentes entre os educandos.

A relevância em pesquisar o tema se deve ao fato de que a educação está enfrentando mudanças cruciais para o desenvolvimento de sociedades mais justas, inclusivas e preparadas para os desafios do futuro. Ao compreendermos e promovermos práticas que garantam a igualdade de oportunidades na educação, contribuimos para um mundo mais equitativo e harmonioso. Exploraremos mais a fundo como escolas e professores podem desempenhar um papel ativo na promoção da equidade educacional, destacando suas práticas, desafios enfrentados e a importância de uma abordagem abrangente que vá além do currículo tradicional. Ao fazê-lo, buscamos contribuir para um diálogo essencial sobre a função social da escola e como lidar com as atitudes dos diferentes membros das classes sociais e da cultura da escola que influencia o cenário educacional.

A metodologia utilizada no presente trabalho é, inicialmente, a pesquisa bibliográfica, por meio da consulta de artigos, trabalhos acadêmicos, documentários, livros e documentos escritos, instrumentalizando teoricamente para a obtenção de conceitos e condições para a realização de uma pesquisa de campo.

Sobre a pesquisa bibliográfica, podemos afirmar que:

[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.158).

Como instrumento para coleta de dados, utilizamos a entrevista com dez pedagogas que atuam em escolas públicas na cidade de São Paulo, a fim de verificar quais são suas experiências e práticas pedagógicas, dentro do contexto da promoção da equidade educacional que vem sendo vivenciada por elas e quais as suas compreensões sobre o tema desenvolvido nesta pesquisa.

Com relação à entrevista pode-se afirmar que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante a uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.80).

As perguntas visam fornecer percepções valiosas para as práticas pedagógicas mais inclusivas e equitativas. A seguir encontram-se as perguntas que foram feitas a dez professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EFI) de forma individual. Todas as entrevistadas atuam em duas escolas, uma Escola Municipal do Ensino Infantil (EMEI) e uma Escola Municipal do Ensino Fundamental (EMEF). Destaca-se que será mantido o sigilo do nome das unidades educacionais por questões éticas e para possibilitar a obtenção de respostas que espelhem de forma sincera as perspectivas e experiências das professoras.

1. Tendo contato diário com seus alunos, você consegue perceber aparentemente se a forma com que as famílias lidam com as questões sociais, culturais e econômicas impacta na vida escolar de seus alunos?
2. Em sua opinião, o capital econômico influencia na marginalização educacional dos alunos? Se sim, você acredita que essa influência é fator determinante de sucesso escolar e social do aluno?
3. De acordo com sua experiência, quais obstáculos e desafios devem ser vencidos para que a violência simbólica deixe de ser um componente que conduza o aluno a marginalização educacional?
4. Houve alguma situação em que você percebeu que sua função como professora ou até mesmo a escola, acabou exercendo um papel de mediação fundamental na equalização social de algum aluno? Caso se sinta à vontade, compartilhe o ocorrido.
5. Você acredita que um aluno de um meio fragilizado econômica e culturalmente, consigo ascender nos dois aspectos, demonstrando que a educação é um meio de transformação social?

Informamos que todos os professores autorizaram formalmente a utilização de suas respostas no presente artigo, inclusive a divulgação de seus nomes; e que as respostas não serão

transcritas, mas servirão como base no item **Procedimentos de Análise**, sempre levando em conta o referencial teórico aqui utilizado.

AS TEORIAS PEDAGÓGICAS: O CARÁTER REPRODUTIVISTA E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Saviani (1999), segmenta em dois grupos as teorias pedagógicas com base na marginalidade educacional, estando no primeiro grupo a “não crítica” que se refere a pedagogia tradicional, uma escola tecnicista, entendendo a escola como instrumento de superação social, uma vez que seus conteúdos são considerados “neutros”, por não serem influenciados por condicionantes externos à educação, tais como: a cultura, a política, a economia e a sociedade. Já o segundo se refere às “teorias críticas”, grupo que acredita que a sociedade e suas características temporais e específicas influenciam diretamente o meio educacional. O enfoque deste artigo é a “teoria crítica reprodutivista”, representada por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, teoria que entende a escola como o fator reforçador da marginalidade social, tendo como conceitos básicos a “reprodução” e a “violência simbólica”, ambos desenvolvidos em um aparelho social ideológico e dualista.

Grosso modo, podemos dizer que, no que diz respeito à questão da marginalidade, as teorias educacionais podem ser classificadas em dois grupos. No primeiro, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Num segundo grupo, estão as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização (SAVIANI, 1999, p. 15).

A seguir e de forma sucinta, seguem as definições de “reprodução social” e “violência simbólica” de Bourdieu e Passeron:

Reprodução Social: Bourdieu definiu a "reprodução social" como o processo pelo qual as estruturas sociais existentes, incluindo hierarquias de classe e como são perpetuados de uma geração para outra por meio da educação. Ele argumenta que o sistema educacional, em vez de ser um meio de mobilidade social igualitária, muitas vezes serve para legitimar e reproduzir as desigualdades existentes na sociedade, como aponta Bonnewtz (2023, p.118), ao citar Bourdieu: "A escola serve de instrumento de legitimação das desigualdades sociais. Longe de ser libertadora, ela é conservadora e mantém a dominação dos dominantes sobre as classes populares".

Bourdieu e Passeron enfatizaram a importância do capital cultural, social e econômico na determinação do sucesso ou fracasso dos indivíduos no sistema educacional e, conseqüentemente, em suas posições na estrutura social e complementam afirmando que:

A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária enquanto estrutura, e as funções desta cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, pois não estão unidas por nenhuma espécie de relação interna à "natureza das coisas" ou a uma "natureza humana" (BOURDIEU, PASSERON,1970, p.22).

Como visto anteriormente, tanto Bourdieu quanto Passeron enfatizaram como o sistema educacional não apenas reflete, mas também contribui para a reprodução das desigualdades sociais, destacando a importância das estruturas sociais e do capital cultural na determinação do sucesso educacional e social dos indivíduos.

Violência Simbólica: Bourdieu e Passeron conceituaram a violência simbólica como uma forma de poder que opera mediante sistemas simbólicos e culturais, exercendo influência sobre os indivíduos e reproduzindo as hierarquias sociais existentes. A análise desse fenômeno é fundamental para compreender como as estruturas de poder são mantidas e contestadas na sociedade. Ao analisar a ideia de violência simbólica ao aplicá-la ao contexto educacional, seus estudos apontam para o fato de a escola exercer essa violência ao impor valores culturais e formas de conhecimento associadas à classe dominante, conforme nos informa Bourdieu citado por Bonnewitz (2003, p. 118): "Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbítrio cultural", assim, marginalizando as experiências e perspectivas dos grupos sociais menos privilegiados. Essa marginalização, é transmitida por intermédio do currículo escolar, das práticas de avaliação e da seleção de estudantes para a reprodução das desigualdades sociais ao limitar o acesso ao capital cultural e social necessário para o sucesso educacional e profissional do indivíduo. Vale ressaltar a citação de Saviani (1999, p. 30):

A violência simbólica se manifesta de múltiplas formas:
a formação da opinião pública através dos meios de comunicação de massa, jornais etc.; a pregação religiosa; a atividade artística e literária; a propaganda e a moda; a educação familiar etc. No entanto, na obra em questão, o objetivo de Bourdieu e Passeron é a ação pedagógica institucionalizada, isto é, o sistema escolar.

Considerando que a marginalização educacional está diretamente ligada a essas teorias pedagógicas, a teoria crítica-reprodutivista tende a oferecer uma perspectiva crítica sobre o sistema educacional, destacando como ele pode contribuir para a manutenção das desigualdades sociais. Esta teoria busca compreender as formas pelas quais as estruturas educacionais e as práticas pedagógicas podem funcionar como agentes de reprodução social, enfatizando a necessidade de uma análise mais profunda das dinâmicas educacionais que muitas vezes envolve forças complexas que podem manter os professores alheios ao processo de violência simbólica. E mesmo tendo em vista a educação como fator secundário para a transformação da sociedade, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron não deixam de considerar a educação como determinante para mudanças estruturais e para promover a equidade:

Longe de entender a educação como determinante principal das transformações sociais, reconhece ser ela elemento secundário e determinado. Entretanto, longe de pensar, como o faz a concepção crítico-reprodutivista que a educação é determinada unidirecional pela estrutura social dissolvendo-se a sua especificidade, entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade (SAVIANI, 1999, p.75).

Contribuindo para a argumentação, destacam-se as menções anteriores a respeito do caráter reprodutivista no processo educacional, que utiliza a escola como meio de reprodução das desigualdades sociais, verifica-se por exemplo, que escolas localizadas em áreas economicamente desfavorecidas podem enfrentar carências de recursos, falta de apoio financeiro, resultando em disparidades nas oportunidades educacionais, como também currículos e materiais didáticos limitados ou tidos como tradicionais, que não incorporam uma perspectiva diversificada e que refletem apenas determinadas visões de mundo específicas, contribuem para essa disparidade. As avaliações em testes padronizados, por sua vez, restringem a autonomia do professor, sendo mais um desses fatores, fazendo-o deixar de lado abordagens mais abrangentes e centradas no desenvolvimento integral do aluno.

Nesse sentido, tal teoria crítica aborda pedagogias que negligenciam o ensino dos conteúdos sistematizados, defendendo a necessidade de uma sólida base de conhecimento para o desenvolvimento do pensamento crítico. Deixa claro que a educação deve equilibrar a

transmissão dos conteúdos com a reflexão crítica sobre eles, promovendo assim uma formação integral dos estudantes, independente da camada social que o aluno ocupe, como segue:

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais (SAVIANI, 1999, p.42).

Nesse sentido, o sistema escolar acaba propagando em todas as suas esferas a violência simbólica, levando em consideração que a escola é um ambiente democrático, aberto a todos os tipos de pessoas, que por muitas vezes estão em condições inferiores às demais, por não conseguirem acompanhar os outros indivíduos por conta do capital econômico ou cultural que a elas foram transmitidas, conforme citação de Bernad Lahire (1997, p. 345), abaixo transcrita:

Também se percebe claramente que o que se "transmite" de uma geração a outra é muito mais do que um capital cultural: um conjunto construído em relação à escola e à escrita — de angústias e de humilhações, de reticências e de rejeições — em relação ao tempo, à ordem e às pressões... O estudo dos fenômenos de "herança cultural" nunca deve omitir a análise da especificidade cognitiva" do que se herda.

Ao investir na formação integral dos estudantes, existirá uma contribuição significativa para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados, capazes de contribuir de forma positiva e relevante para a sociedade em que vivem.

Logo, existe uma influência que liga o descrito anteriormente com a marginalização educacional vivenciada pelos alunos, tendo como consequência eminente o fracasso escolar que é reflexo de uma nova configuração social e escolar, que acaba tendo uma relação direta com o estado socioeconômico familiar desse aluno, como observa Lahire (1997, p.256) “[...] o "fracasso" escolar ganha, imediatamente, o sentido de uma relegação socioeconômica, e os pais dos meios populares vão, pouco a pouco e em graus diferentes, conforme os recursos e as trajetórias familiares, investir na escola como um importante desafio”.

Dessa forma, fica claro que a “reprodução social”, ganha um “status” de regra social. Entretanto, o próprio Bourdieu sinaliza que para haver “regras” há a necessidade da existência das “exceções”, ou seja, pessoas dos meios populares que conseguem “quebrar” tais regras e

ascender culturalmente, economicamente e socialmente. É exatamente nesse sentido que a educação deve assumir o papel transformador na vida do aluno.

Cientes de que o cenário descrito anteriormente contribui para os desafios enfrentados nos processos educacionais, este estudo aprofunda a análise do caráter reprodutivista e da violência simbólica no processo educacional, investigando as responsabilidades da escola e dos professores na promoção da equidade educacional e social.

RESPONSABILIDADES ESCOLARES E FUNÇÕES DO PROFESSOR

A promoção da equidade educacional é um compromisso fundamental das escolas, que desempenham um papel crucial na construção de um ambiente inclusivo que atenda às necessidades variadas de seus alunos, oferecendo uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas origens, fomentando relações positivas, adotando flexibilidade pedagógica e colaborando com profissionais de apoio. Ao integrar essas responsabilidades e funções é possível construir práticas pedagógicas que promovam uma educação equitativa e atendam às diversas realidades dos estudantes. Isso significa que as escolas têm a responsabilidade de formular e implementar políticas inclusivas que garantam o acesso equitativo a oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas origens socioeconômicas, culturais, étnicas ou habilidades. Nesse sentido:

[...]...é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 2008, p.53).

Ressaltamos que uma das principais ideias de Saviani (1999) é enfatizar a importância do papel do professor como mediador desse processo e o papel fundamental da escola na equalização social.

Dentro desse contexto, os professores desempenham de forma consciente funções específicas que transcendem a mera transmissão de conhecimento, abrangendo a criação de práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis à diversidade presente em suas salas de aula, oportunizando

a todos os alunos uma equidade educacional. Originando a ideia de igualdade no plano internacional, os objetivos de uma educação democrática estão expressos no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC – promulgado pelo Decreto 591, de 6 de julho de 1992) e no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador – promulgado pelo Decreto 3.321, de 30 de dezembro de 1999) (BRASIL, 2017).

No mesmo sentido, Pierre Bourdieu (2008, p.53) conceitua a prática pedagógica, propondo:

A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida. Assim, por exemplo, a "pedagogia" que é utilizada no ensino secundário ou superior aparece objetivamente como uma pedagogia "para o despertar", como diz Weber, visando a despertar os "dons adormecidos em alguns indivíduos excepcionais, através de técnicas encantatórias, tais como a proeza verbal dos mestres, em oposição a uma pedagogia racional e universal, que, partindo do zero e não considerando como dado o que apenas alguns herdaram, se obrigaria a tudo em favor de todos e se organizaria metodicamente em referência ao fim explícito de dar a todos os meios de adquirir aquilo que não é dado, sob a aparência do dom natural, senão às crianças das classes privilegiadas. Mas o fato é que a tradição pedagógica só se dirige, por trás das ideias inquestionáveis de igualdade e de universalidade, aos educandos que estão no caso particular de deter uma herança cultural, de acordo com as exigências culturais da escola.

A promoção da equidade educacional é um desafio complexo, mas necessário. As escolas e os professores têm um papel fundamental nesse processo, e devem trabalhar juntos para criar um ambiente educacional mais justo e inclusivo, pois “[...] é pela educação que uma sociedade assegura a coesão e a equidade social, a solidariedade e, num movimento complementar, o desenvolvimento pessoal de todos e de cada um” (SÃO PAULO, 2019).

Assim, as ações descritas voltadas para a equidade educacional têm o potencial de transformar não apenas na vida dos indivíduos em sua trajetória educacional, mas também a sociedade, promovendo um futuro mais justo, inclusivo e próspero por gerações.

Nesse sentido, para retirar o aluno da marginalidade escolar, é fundamental, principalmente ao professor, reconhecer e confrontar a violência simbólica presente no ambiente educacional. Isso implica em adotar práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a multidisciplinaridade

do estudante, requerendo uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e educacionais que contribuem para a reprodução das desigualdades. Deve-se encarar a escola como uma célula ativa da sociedade e não algo à parte, conforme infelizmente acontece e foi apontado por Bourdieu (BONNEWITZ, 2003, p. 119):

[...] a escola nega as diferenças de públicos, as diferenças entre hábitos. Ela se mostra "indiferente às diferenças", cultiva os subentendidos e o implícito, acessíveis de fato apenas aos "herdeiros", a tal ponto que se pode falar de "pedagogia da ausência de pedagogia". Esses subentendidos se referem aos valores, como a autonomia do aluno, cuja motivação em relação à escola ou a valorização do saber são consideradas como automáticas. É suprir as lacunas causadas pelos condicionantes externos à educação que atinge os estudantes, criar possibilidades igualitárias, partindo do ambiente educacional ao ponto de atingir resultados sociais, onde a maioria não esteja a margem.

Os professores são peças importantes, eles devem estar cientes de seus próprios preconceitos, estereótipos e os corrigir, buscando garantir que todas os alunos tenham acesso igualitário às oportunidades de aprendizagem. Trata-se de um desafio complexo que não é só função da escola ou do professor, é uma responsabilidade mutua que também é influenciada pela família de cada aluno, é preciso investir no capital cultural, no capital econômico e intelectual, pois estão intrinsecamente ligados. Neste sentido:

Sejam quais forem as condições materiais, sem as técnicas intelectuais apropriadas (os cálculos, as conferências bancárias, as previsões de despesas projetadas em um caderno ou num livro de contas...) não há cálculo racional possível. O mesmo capital, a mesma situação econômica, podem ser tratados, geridos de diferentes maneiras, e essas maneiras são tanto o produto da socialização familiar de origem e de trajetórias escolares e profissionais, quanto da situação econômica presente (LAHIRE, 1997, p.24-25).

É necessário um desenvolvimento integral do indivíduo, pois isso não apenas beneficia os alunos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e a escola deve ser o ponto de partida da transformação social.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Dez professoras da rede pública de São Paulo se disponibilizaram a participar da entrevista feita de forma individual. Ressalta-se que todas as professoras assinaram termo de autorização para a divulgação de seu nome, bem como o conteúdo de suas respostas. Com base nas entrevistas realizadas com as professoras e em concordância com o referencial teórico adotado neste artigo, é possível inferir que:

1. Todas as profissionais concordam que questões sociais no contexto educacional influenciam em diversos aspectos da vida dos estudantes, as respostas apontam que as dificuldades nessas áreas afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, manifestando-se em comportamentos desmotivados, dificuldades de concentração, problemas de saúde e higiene, sendo notável o reconhecimento da escola como um potencial agente de transformação social, mas também a constatação das limitações enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade, como explica a Professora Flávia Dias : “As crianças que vivem à margem da vulnerabilidade social, tendem a apresentar comportamentos resistentes ou até mesmo apáticos, desmotivados quanto ao aprender, concentração, interesses , e até mesmo as questões de saúde e higiene que interferem diretamente nas relações sócio afetivas. Muitas famílias atrelam a importância da escola apenas a benefícios sociais e não a considera como uma possibilidade de mudança de condição social”. Logo, no mesmo sentido é necessário “[...] suprir as lacunas causado pelos condicionantes externos à educação que atinge os estudantes, criar possibilidades igualitárias, partindo do ambiente educacional ao ponto de atingir resultados sociais, onde a maioria não esteja a margem (BONNEWITZ, 2003, p. 119).

2. Quando questionadas sobre se o capital econômico influencia na marginalização educacional dos alunos e se elas acreditam que essa influência é fator determinante de sucesso escolar, todas reconhecem a marginalização social como um desafio, mas a educação é vista como uma ferramenta poderosa para superar essa condição. Alguns exemplos são citados para ilustrar como ex-alunos conseguiram progredir apesar das dificuldades socioeconômicas, como relata a Professora Luciana B. dos Santos: “Sim influencia, porém não é fator determinante, mesmo atuando em região de ocupação irregular sem saneamento básico por exemplo, frequentemente encontro ex-alunos atuando nas mais variadas áreas e exercendo sua cidadania e contribuindo para a sociedade”. Com declarações como essa, conseguimos ver em prática o que os arts. 205 e 206 da Constituição da República estabelecem como direito fundamental a educação para o

“pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Apesar das barreiras impostas pela desigualdade social e outras adversidades, há uma visão otimista de que muitos indivíduos são capazes de superar esses desafios e fazer a diferença.

3. Ao perguntar às pedagogas quais obstáculos e desafios a serem vencidos para que a violência simbólica deixe de ser um componente que conduza o aluno a marginalização educacional, todas as dez entrevistadas apresentam respostas que refletem uma ampla gama de desafios enfrentados pelo sistema educacional e social, entre eles: “A má distribuição de renda, falta de políticas públicas voltadas para os mais pobres, nas áreas da saúde, educação, trabalho e cultura”, como se refere a professora Angela S. Pereira. Todas também apresentaram propostas para enfrentar de forma abrangente e eficaz os obstáculos, citando que a solução gira em torno da criação de projetos e uma distribuição igualitária de recursos, como sugere a Professora Alessandra dos Santos: “[...] Um desafio é uma educação estruturada na equidade onde o filho do governante faça uso da mesma educação que o filho do colaborador. Onde os investimentos sejam realmente distribuídos e qualificados”. E de acordo com o referencial teórico utilizado na presente pesquisa, independente da camada social que o aluno ocupe é necessário que haja uma formação integral do estudante, ou seja:

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra marginalidade através da escola, significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais (SAVIANI, 1999, p.42).

4. Das dez professoras que foram entrevistadas todas dizem ter tido alguma situação em que perceberam que suas funções como professoras ou até mesmo a escola, acabou exercendo um papel de mediação fundamental na equalização social de algum aluno, mas apenas uma professora se sentiu a vontade de compartilhar uma situação vivida com um aluno imigrante em 2022. Sua observação atenta foi o ponto de partida para que os pais fossem alertados a procurar ajuda médica para que a criança tivesse um suporte diante das suas condições, o que resultou positivamente para seu desenvolvimento de forma integral.

5. Analisando a última questão, buscando entender se seria possível um aluno fragilizado economicamente e culturalmente, conseguir ascender nos dois aspectos, demonstrando que a

educação é um meio de transformação social, as entrevistadas concordam que é possível e que as transformações afetem não apenas o aluno em sua trajetória educacional, mas também seus familiares, como relata a Professora Jaqueline B. Santos: “Acredito que sim, pois penso que este é o papel da escola. Somos uma referência para os alunos e a partir dos nossos estímulos podemos sim mudar a história de um aluno e até mesmo da família.” E nesse sentido, de acordo com o referencial teórico desta pesquisa, é válido ressaltar o que observa Lahire (1997, p.256) “[...] o ‘fracasso’ escolar ganha, imediatamente, o sentido de uma relegação socioeconômica, e os pais dos meios populares vão, pouco a pouco e em graus diferentes conforme os recursos e as trajetórias familiares, investir na escola como um importante desafio”.

Em uma análise global, todas as profissionais concordam que questões sociais no contexto educacional influenciam em diversos aspectos da vida dos estudantes, as respostas apontam que as dificuldades nessas áreas afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, manifestando-se em comportamentos desmotivados, dificuldades de concentração, problemas de saúde e higiene. Reconhecem a escola como um potencial agente de transformação social, mas também constata as limitações enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade, como explica a Professora Flávia Dias : “As crianças que vivem à margem da vulnerabilidade social, tendem a apresentar comportamentos resistentes ou até mesmo apáticos, desmotivados quanto ao aprender, concentração, interesses e até mesmo as questões de saúde e higiene que interferem diretamente nas relações sócio afetivas. Muitas famílias atrelam a importância da escola apenas a benefícios sociais e não a considera como uma possibilidade de mudança de condição social”. Logo, no mesmo sentido é necessário “[...] suprir as lacunas causadas pelos condicionantes externos à educação que atinge os estudantes, criar possibilidades igualitárias, partindo do ambiente educacional ao ponto de atingir resultados sociais, onde a maioria não esteja a margem” como aponta Bourdieu (BONNEWITZ, 2003, p. 119).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem discutida neste trabalho destaca a importância de entender como o capital cultural e econômico familiar pode influenciar o sucesso ou o fracasso escolar dos alunos. Além disso, enfatiza a necessidade de trabalhar com os alunos para ajudá-los a compreender que a educação é o caminho para a transformação. Também levanta a questão da violência simbólica e como as escolas e professores podem interromper a reprodução dessa violência, oferecendo condições

que possibilitem exceções à regra da reprodução social, por meio da implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a valorização da diversidade. Combater a violência simbólica deve começar pelo próprio professor ao se conscientizar de seu papel real na vida de seus alunos e da comunidade; e da própria sociedade, ao investir na formação integral dos alunos, possibilitando a escola a desempenhar sua função ao contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, visando sempre o aluno de forma integral.

É evidente que discutir sobre a equidade educacional é relevante, pois ainda há muitas desigualdades sociais, culturais e econômicas presentes na sociedade. Normas nacionais, como os arts. 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, estabelecem princípios fundamentais para uma educação democrática e de qualidade, destacando a igualdade de condições para o acesso à escola, à liberdade de aprender e ensinar e ao pluralismo de ideias.

Mediante a análise de teorias pedagógicas críticas, como a teoria crítico-reprodutivista de Bourdieu e Passeron, e da coleta de dados por meio de entrevistas com pedagogas, a pesquisa identificou os desafios e as oportunidades para a criação de ambientes escolares mais justos e inclusivos. Apesar dos desafios, a pesquisa também apontou o papel fundamental que a escola pode desempenhar na transformação social de alunos que podem, inicialmente, se encontrar à margem da educação, mas que é possível que esses alunos dos meios populares consigam “quebrar” tais regras e ascender culturalmente, economicamente e socialmente. Sendo esse o papel que a educação deve assumir, o papel transformador social na vida dos alunos, provando que nem todas as regras são absolutas e permanentes, e sim, que existem para serem o objeto de estudo para que sejam criadas exceções e que, no caso do presente artigo, são a força motriz, o ânimo e a esperança que motivam os educadores, a escola, a família e a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ : Vozes, 2003.
- BOURDIEU.P. NOGUEIRA M.A; CATANI A. (Orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.
- BOURDIEU.P; PASSERON, J. C. **La reproduction**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL. **Procuradoria Geral da República**. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, 2017.

LAHIRE B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável.** Tradução de Ramon Américo Vasques; Sonia Goldfeder. São Paulo, SP: Editora Ática, 1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico.** 4 ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2003.

SÃO PAULO (SP). **Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade.** São Paulo, SP: SME/COPED, 2019.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação.** 32. ed.-Campinas: SP: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo).